

Pela reabertura das negociações e pela paz no Atlântico Sul

A recente comemoração dos trinta anos da guerra das Malvinas vem provocando uma série de ações e avaliações inéditas. Exercícios bélicos britânicos que não desdenham armamento nuclear; novas explorações de petróleo na região, que se somam à pesca predatória já empreendida por países como Japão, cujos efeitos, aliás, sentem-se em nossas mesas, dia a dia, com o sumiço de variedades outrora frequentes. No entanto, a cobertura corriqueira da mídia insiste no caráter anormal das declarações do governo argentino, tirando relevância, ou mesmo naturalizando, a presença do Príncipe, em roupas de combate, no arquipélago. Estaríamos, nos dizem, frente a um clássico exemplo de contradições políticas em torno a uma soberania incontestada, questão à qual não é sensato dedicar nem tempo nem reflexão. Mas é possível qualificar o diferendo de Malvinas de contradição lógica, ainda quando a guerra de 1982, sob todos os aspectos indesejada, foi iniciativa de uma terrível ditadura? Mesmo Kant e, na sua esteira, filósofos como Galvano Della Volpe, partindo da diferenciação estabelecida pelo antecessor alemão entre a contradição lógica, que é sempre uma contradição entre conceitos, e a oposição real, entre os objetos do mundo, que é sempre uma disputa de poder, chegaram à certeza de que o antagonismo não pode ser uma contradição, simplesmente porque a contradição não pode acontecer entre objetos lógicos. A filosofia hegeliana, banalizada hoje pela mídia, torna os antagonismos sociais meras contradições, porque opera com um pensamento idealista que reduz a realidade a conceitos, quando o caso Malvinas nos ilustra, pelo contrário, algo mais importante ainda: que os antagonismos sociais não são contradições, nem oposições reais. Antes pelo contrário, são o *limite* de toda objetividade, o contorno do que significa acatar a lei social universal e, portanto, iluminam também o instante em que a sociedade descobre sua própria impossibilidade de constituir-se como ordem objetiva necessária.

Apesar de todas as exortações das Nações Unidas, que vem se repetindo sistematicamente, desde 1965, a recusa britânica em sentar-se à mesa de negociações representa esse limite que o universalismo idealista, também conhecido como colonialismo, decide ignorar: as condições históricas de uma produção simbólica — o fato de o Atlântico Sul ter sido, tradicionalmente, uma área de paz, e assim precisa ser mantido — condições que são uma parte da produção histórica ela mesma.

Em plena I Grande Guerra, e em Buenos Aires, então comemorando seu primeiro Centenário de independência, Rui Barbosa constatava uma regra da modernidade ocidental, qual seja, a de que cresce, com efeito, a convicção de que os povos mais civilizados são os que mais lutam e investem em

armamento, colaborando com o pensamento dominante no sentido de apresentar a guerra como uma divindade que sagra e purifica os estados. A recente fábula cinematográfica da Baronesa Thatcher vê nela uma mulher indomável, como se isso fosse uma vitória do *gender*. Contra o risco de que o ideal do estado se corrompa no ideal do dinheiro, ou diante da impossibilidade de ocultar essa inegável convivência, a única alternativa possível residiria na guerra. Portanto, a guerra, dizia Rui Barbosa em 1916, é um dos fatores essenciais da moralidade ocidental, uma vez que, graças a ela, a ética passa a se separar completamente da vontade, porque aquele que primeiro usar a força, sem medir o sangue derramado, terá sempre consigo, inexoravelmente, grande vantagem sobre o adversário.

Mas, cabe ainda sermos neutrais? Não se trata apenas de ser neutral, como Rui propunha aos países do Atlântico Sul em 1916. Trata-se, pelo contrário, de que os grandes acatem a lei e se sentem à mesa de negociações para garantirem a paz. Caso contrário, nunca terão sido mais válidas as palavras de Harold Pinter, em *War*: “The dead are dirt / The lights go out / The dead are dust”. Aprendamos da poeira do tempo.

A convocatória “Pela imediata reabertura das negociações e pela paz na região”, gerada na UFSC, recebeu, em março e abril de 2012, muitas adesões, de colegas e autoridades da Universidade e de instituições congêneres, tais como a USP; UNICAMP; UDESC; UFMG; Universidade de Brasília; Universidade Federal do Paraná - UFPr; Universidade Federal de Goiás – UFG; Universidade Federal do Piauí – UFPI; Universidade do Estado do Rio de Janeiro; Universidade Estadual de Maringá, Paraná; Universidade Regional de Blumenau, SC; Unisul; UNIRIO; Fundação Casa de Rui Barbosa, RJ; membros da Escola Brasileira de Psicanálise-EBP e da Associação Mundial de Psicanálise-AMP; do Instituto Cultural Brasil-Argentina, Rio de Janeiro; destacados membros de universidades estrangeiras, tais como a Università di Bologna, Itália; a Université de Bourgogne, França; a Universidad Simón Bolívar, Caracas; a UBA, de Buenos Aires; e, não menos relevante, membros da sociedade civil, dentre eles, os escritores Flavio José Cardozo, Verônica Stigger, Tabajara Ruas, Telma Luzzani ou João Gilberto Noll.

Fruto dessa campanha e das iniciativas da Embaixada Argentina, em Brasília, foi a audiência pública, no dia 10 de abril de 2012, em que, com a presença do cônsul argentino local, dr. Emílio Neffa, e através de seu presidente, a Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina, decidiu emitir moção de apoio ao pleito pró-negociação pacífica da soberania e pela paz no Atlântico Sul.

A Comissão local ad hoc, de apoio à causa, integrada pela Secretária de Cultura da UFSC, Profa Maria de Lourdes Borges, e pelos professores Liliana Reales (LLE/CCE) e Raúl Antelo (LLV/CCE) pretendem desenvolver, na UFSC, nas próximas semanas, um ciclo de palestras, projeções de filmes e debates, tornando a comunidade universitária consciente de que não se trata

apenas de uma reivindicação nacional, mas de uma posição continental, latino-americana, e que, discutir a soberania regional de Malvinas é poder discutir questões como a transnacionalização da Amazônia ou das reservas aquíferas. Talvez não seja excessivo lembrar que comitês de apoio como esse vem se sucedendo em várias cidades do mundo, onde a Argentina tem representação diplomática (México, Paris, Madri, etc), e que, no contexto do Brasil, a iniciativa catarinense tem sido, até agora, a mais sólida e numerosa em adesões. Vimos, portanto, solicitar também o apoio dessa Reitoria à questão, de alta relevância para toda a região.